ABRE aspas:

O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Dejandir Dalpasquale, falou a AGROANALYSIS sobre as perspectivas do cooperativismo para 1999, as fusões entre cooperativas, o Recoop e a atuação política da OCB. Ele não acredita nas previsões oficiais feitas em novembro para a safra 1998/99, que considera muito otimistas. Pessoalmente é contrário à associação entre cooperativas e empresas. O cooperativismo precisa da eficiência econômica e empresarial, reconhece, mas também deve cuidar do lado social, democrático e igualitário que o caracteriza. Dalpasquale fala também com orgulho do novo departamento internacional da OCB e do intercâmbio tecnológico com entidades cooperativistas de outros países, que propiciará a criação de uma companhia seguradora e o incremento da exportação de produtos agrícolas de cooperativas brasileiras. Segundo ele, tudo isso é da maior importância, porque o Brasil tem muito que aprender a vender.

Aprender a vender

JORGE RETI



Dalpasquale: o potencial não explorado é enorme

■ *O Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – Recoop – começou a ser pensado antes da crise econômica mundial e nacional do segundo semestre de 1998. Esta nova situação, acrescida ao severo ajuste fiscal previsto e de uma recessão muito provável em 1999 alteram as perspectivas de implantação prática do Recoop?*

— Não haverá alterações no Recoop, segundo todas as informações e manifestações que nos têm chegado da área governamental. Tudo deverá ser cumprido de acordo com a medida provisória que criou o programa. Os trabalhos de andamento e análise dos projetos estão normais, cumprindo seus prazos e requisitos. As reuniões do comitê executivo do programa também apresentam andamento normal, sem qualquer indício de mudanças. As cooperativas e os cooperados estão iniciando o cumprimento das exigências e requisitos do Recoop, que são bastante severos. Fusões, incorporações, venda de ativos, maior seletividade do quadro associado através do desligamento de alguns cooperados já estão ocorrendo.

Tanto as cooperativas como o governo desejam implementar este programa e acertar as distorções acumuladas ao longo dos anos. Apesar das exigências severas do Recoop, seus prazos e juros são bons, assim como suas metas.

■ *Como o senhor vê a fusão de cooperativas, formando novas cooperativas de grande porte? Quais os aspectos positivos e negativos deste processo?*

— Algumas cooperativas cresceram muito e isso traz vantagens e desvantagens. Claro que é difícil garantir a tomada de decisões de maneira democrática, através de assembléias com milhares de associados. Por outro lado, as fusões começam a acontecer e esse processo vai prosseguir, pois essas cooperativas querem continuar a crescer. Em alguns casos, a competitividade e a necessidade de reduzir custos obrigarão essas cooperativas a continuar crescendo através de fusões. O sistema cooperativista tem como meta o social, mas, obviamente, tem de cuidar também do aspecto econômico, da competitividade, da redução de custos, da economia de escala, sob pena de, em muitos casos, não conseguir sobreviver.

Outra dificuldade nas fusões, que se choca com uma questão cultural do cooperativismo, é a divisão de atribuições entre os dirigentes das cooperativas que se fundem. É uma questão que deverá ser trabalhada e superada, pois o processo de fusões está aí e terá de ser viabilizado.

■ *E o que acha das associações entre cooperativas e empresas, processo já adotado por algumas delas, além de outras que estão*

estudando essa possibilidade?
— Isto é diferente do processo de fusões entre cooperativas e de fato já estão ocorrendo alguns casos. Pessoalmente, não gosto, sou contrário à associação entre cooperativas e empresas. Como já disse, o cooperativismo precisa da eficiência econômica e empresarial, mas também deve cuidar do lado social, democrático e igualitário que o caracteriza. Não podemos abandonar os princípios cooperativistas, reafirmados no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, a ACI, realizado em Manchester, na Grã-Bretanha, em 1995. Acredito que a associação entre cooperativas e empresas foge aos princípios do cooperativismo. Vejo esse tipo de associação com muita preocupação, mas sei que é um processo que está aí.

■ *Se a cooperativa à qual o senhor é associado colocasse essa questão em assembléia, o senhor votaria contra?*
— Sem dúvida. Votaria contra e defenderia meu ponto de vista, contrário à associação com empresas, com todos os argumentos de que eu e tantos companheiros cooperativistas dispomos.

■ *E qual é e será a posição da OCB em relação às cooperativas que optaram ou venham a optar por esse caminho?*
— A OCB não tomará qualquer medida de retaliação ou de censura. Embora eu e muitos cooperativistas sejamos contrários à associação entre cooperativas e empresas, não há qualquer impedimento legal em relação a esse tipo de sociedade. Nesses casos devemos respeitar a decisão soberana de cada cooperativa e de seus associados, tomada em assembléia.

■ *Quais as perspectivas concretas de implantação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, recentemente criado por medida provisória e que prevê o início de seu funcionamento já em 1999?*
— As perspectivas são muito boas. Estamos aguardando o decreto presidencial que vai regulamentar o Sescoop e já entregamos nossas sugestões para regulamentação. Estamos tomando as providências para montar o Conselho Nacional que vai dirigir a nova entidade, cuja presidência ficará com o presidente da OCB. Os demais membros serão um representante dos trabalhadores das cooperativas, cinco representantes do sistema cooperativista indicados pela OCB, além dos ministérios do Trabalho, Previdência Social, Agricultura e Abastecimento, Fazenda e Planejamento, com um representante cada um.

Um ponto importante é que as cooperativas não serão oneradas. O Sescoop será custeado por uma contribuição compulsória de cada cooperativa, que vai substituir as contribuições atualmente recolhidas para outras instituições, como o Senar, Senai e Sesc. O valor do recolhimento não será superior ao que hoje é destinado a esses outros serviços. Além disso, o Sescoop terá uma estrutura enxuta, com um mínimo de custos, sem despesas extras, tudo contado centavo a centavo. Não haverá prédio ou sede própria, pois o novo órgão pode funcionar nas instalações da OCB.

Outro aspecto extremamente positivo do Sescoop é a garantia de recursos estáveis, permanentes e certos para as atividades de formação profissional e promoção social dos funcionários e dos associados de cooperativas, de que não dispúnhamos até hoje e cuja falta trazia grandes dificuldades para realizar esses trabalhos.

■ *Este ano o cooperativismo se movimentou durante o processo eleitoral e a Frente Parlamentar do Cooperativismo, a Frencoop, obteve alguns avanços no Congresso Nacional. Como o senhor avalia o engajamento político do cooperativismo?*
— De fato a Frencoop fez um bom trabalho. Também o Sistema OCB, constituído pela OCB e pelas organizações estaduais de cooperativas, participou das eleições, apresentando às cooperativas os candidatos à reeleição e os candidatos novos comprometidos e simpatizantes do cooperativismo.

Sou contrário à associação entre cooperativas e empresas, pois o cooperativismo não pode abandonar seus princípios, devendo cuidar, além da eficiência empresarial, também dos aspectos sociais, igualitários e democráticos.

Houve época em que as cooperativas não se envolviam muito com eleições e com a política de modo geral, alegando um dos princípios do cooperativismo, que é a neutralidade política. Mas hoje entendemos que neutralidade não quer dizer omissão. Dirigentes e associados de cooperativas podem fazer política sem deixar de lado o princípio da neutralidade. Este princípio foi e é respeitado pois temos parlamentares e candidatos cooperativistas em todos os partidos, de todas as tendências e ideologias. Na legislatura que agora se encerra, a Frencoop é constituída por 186 parlamentares de diferentes partidos, como PSDB, PMDB, PT, PFL, PPB, PTB e PPS. Tanto nosso trabalho eleitoral como parlamentar foi realizado sem distinção de partidos.

A Frencoop saiu das eleições fortalecida e as atividades desta legislatura terão prosseguimento na próxima, que se inicia em 1999. Outra importante conseqüência dos bons resultados do trabalho da Frencoop foi a formação, em 1998, de Frencoops estaduais em diversas assembléias legislativas e agora também em muitas câmaras municipais de vereadores.

■ *Quais as principais atividades desenvolvidas pela Frencoop na legislatura que se encerrou?*
— A Frencoop teve destacada participação no encaminhamento, discussão e defesa de diversos aspectos do interesse do cooperativismo, como o Recoop, a instituição do Sescoop, temas tributários e a tramitação da nova Lei Cooperativista, que deverá substituir a atual Lei 5.764, de 1971.

■ *A nova Lei Cooperativista está tramitando no Congresso Nacional há muito tempo. Quais as principais novidades da nova lei e por que está demorando tanto?*
— A nova lei vai definir os pontos básicos do cooperativismo, adaptando-os à Constituição de 1988 e alterando a questão da intervenção governamental, que não mais existe. A lei ainda em vigor foi feita numa época em que o governo interferia bastante, inclusive na aprovação de atas de assembléia, o que hoje está totalmente superado. Agora temos a autofiscalização, por parte do próprio Sistema OCB, reafirmando a liberdade e a não-interferência estatal. A nova lei definirá também outros pontos, como a contribuição financeira das cooperativas ao Sistema OCB.

Um item importante, que muito defendemos e pelo qual estamos batalhando é a manuten-

ção da unidade de representação. Queremos a continuidade de um só órgão de representação, para manter o cooperativismo fortalecido e unido. Antes da criação do Sistema OCB, em 1971, tivemos experiências negativas com a existência de mais de uma entidade de representação nacional. É óbvio que a divisão prejudica a todos. As questões relativas a representatividade e democratização da participação e das decisões podem e devem ser resolvidas dentro de uma única entidade, aberta e fortalecida. Acatando as decisões do XI Congresso Brasileiro do Cooperativismo, realizado em novembro de 1997, a OCB ampliou e democratizou a sua direção. Agora temos dois vice-presidentes na diretoria executiva, um indicado pelas 27 organizações estaduais de cooperativas e outro indicado pelos segmentos ou ramos, que são o agropecuário; crédito; trabalho; saúde; e energia, telecomunicação e serviços. Da mesma maneira, o conselho de administração é agora formado por 10 conselheiros, dos quais cinco indicados pelos segmentos e os outros cinco pelas organizações estaduais, um de cada região do país. É claro que a representatividade, a participação e a democratização podem ser ainda ampliadas, mas temos também limitações de ordem financeira que nos impedem, pelo menos por enquanto, de adotar outras formas para a direção do Sistema OCB.

Quanto ao problema da demora da tramitação da Lei Cooperativista, acreditamos que já se encontra na fase final. Ninguém gosta de processos e trâmites demorados e o cooperativismo tem pressa de uma nova lei, mas precisamos respeitar os trâmites legislativos e muitos parlamentares desejam conhecer melhor o que está sendo analisado e o que será votado.

■ *Nestes tempos de mundialização, em que o intercâmbio internacional é cada vez mais intenso e importante, como tem se dado a atuação internacional da OCB?*

— A OCB tem agora um departamento internacional e a ACI, representações em Brasília e em São Paulo, com as quais estamos trabalhando. O próprio presidente da ACI, Roberto Rodrigues, além de brasileiro, já foi presidente da OCB e é um cooperativista muito atuante, o que facilita o intercâmbio e a cooperação internacional. Também atuamos conjuntamente pelo fato de eu ser presidente do Comitê Agrícola para as Américas da ACI e presidente da Organização das Cooperativas da América, a OCA.

O intercâmbio com cooperativas e entidades cooperativistas de outros países é crescente, nas áreas de comércio, tecnologia e institucional, entre outras. Estamos em fase adiantada de negociações para a criação de uma companhia seguradora, formada por cooperativas e bancos cooperativos brasileiros, que deverão ter 50% das ações, em parceria com cooperativas norte-americanas e possivelmente empresas seguradoras brasileiras e estrangeiras. Esta seguradora vai ser uma empresa como qualquer outra, aberta a operações com pessoas físicas e jurídicas em geral, mas vai atender prioritariamente o sistema cooperativista. Isso representa um grande mercado e em diversos países do mundo o cooperativismo participa do setor de seguros, de maneira independente ou associado a empresas.

Temos em andamento inúmeros acordos de cooperação, em especial repasse de tecnologias e assistência, com diversos países europeus. Na área comercial, visando ao aumento das exportações e importações entre cooperativas brasileiras e de outros países, apenas para citar um exemplo entre tantos, a OCB firmou em 1998 um acordo com o Centro Estero delle Camere di Commercio dell'Emília Romagna (Centro para o Exterior das Câmaras de Comércio da Emília-Romagna), juntamente com o Programa Paraná-Europa. Esse centro reúne, além de empresas, cooperativas e suas entidades. Isso vai incrementar a exportação de produtos agrícolas de cooperativas brasileiras para essa região italiana, bem como a importação de máquinas da Itália para a agroindústria das nossas cooperativas. Acho tudo isso da maior importância, pois o Brasil tem muito que aprender a vender. Apesar dos avanços nessa área, o potencial não explorado é enorme e podemos aumentar muito o comércio exterior, em ambos os sentidos.

A neutralidade política não está sendo ferida, pois o trabalho parlamentar e eleitoral da OCB é realizado sem distinção de partidos e há parlamentares cooperativistas em todos os partidos.

■ *Órgãos do governo estão com previsões razoavelmente boas para a safra 1998/99. O senhor concorda em que teremos um bom ano agrícola em 1999?*

— Infelizmente não concordo. As previsões governamentais são de um razoável incremento para a próxima safra. Desejaria que assim fosse, mas não acredito que isso venha a acontecer. Estão ocorrendo problemas, principalmente com o crédito, pois, mais uma vez, os recursos não estão sendo liberados nos prazos e volumes suficientes. O plano da safra 1998/99, elaborado e anunciado pelo governo, é bom, com financiamentos, taxas de juros e condições razoavelmente boas, mas o problema, mais uma vez, está na hora de o agricultor chegar às agências dos bancos. Isso já ocorreu outras vezes e, mais uma vez, estão exigindo reciprocidades absurdas, o que, na verdade, aumenta o custo real dos financiamentos. E não se trata de um ou outro caso isolado, que não seria grave, mas de inúmeros casos concretos que vêm chegando ao conhecimento da OCB. Houve casos até com as linhas do Pronaf, que, ao invés dos juros de 5% oficialmente definidos, tem cobrado taxas de até 18%, devido àqueles artifícios. São custos totalmente inviáveis, fora do alcance financeiro do produtor rural, seja ele agricultor familiar, médio ou grande.

Mas o fato de o Brasil estar com o volume de safra praticamente estagnado há algum tempo não decorre apenas de problemas com o crédito rural. Na verdade, precisamos definir, de uma vez por todas, uma política agrícola, que englobe crédito, tributação, facilidades à exportação, taxação às importações de produtos agrícolas com subsídio nos países de origem, além de uma solução para o custo Brasil.

Não podemos esquecer que a previsão para 2005, apenas em relação ao consumo interno, é de 100 milhões de toneladas de grãos. Mas precisamos produzir muito mais, pois o setor do agronegócio, com sua competitividade internacional, é o que mais tem condições de aumentar as exportações, para reverter o perigoso déficit da balança comercial, que tantos problemas está trazendo a todos os brasileiros.